

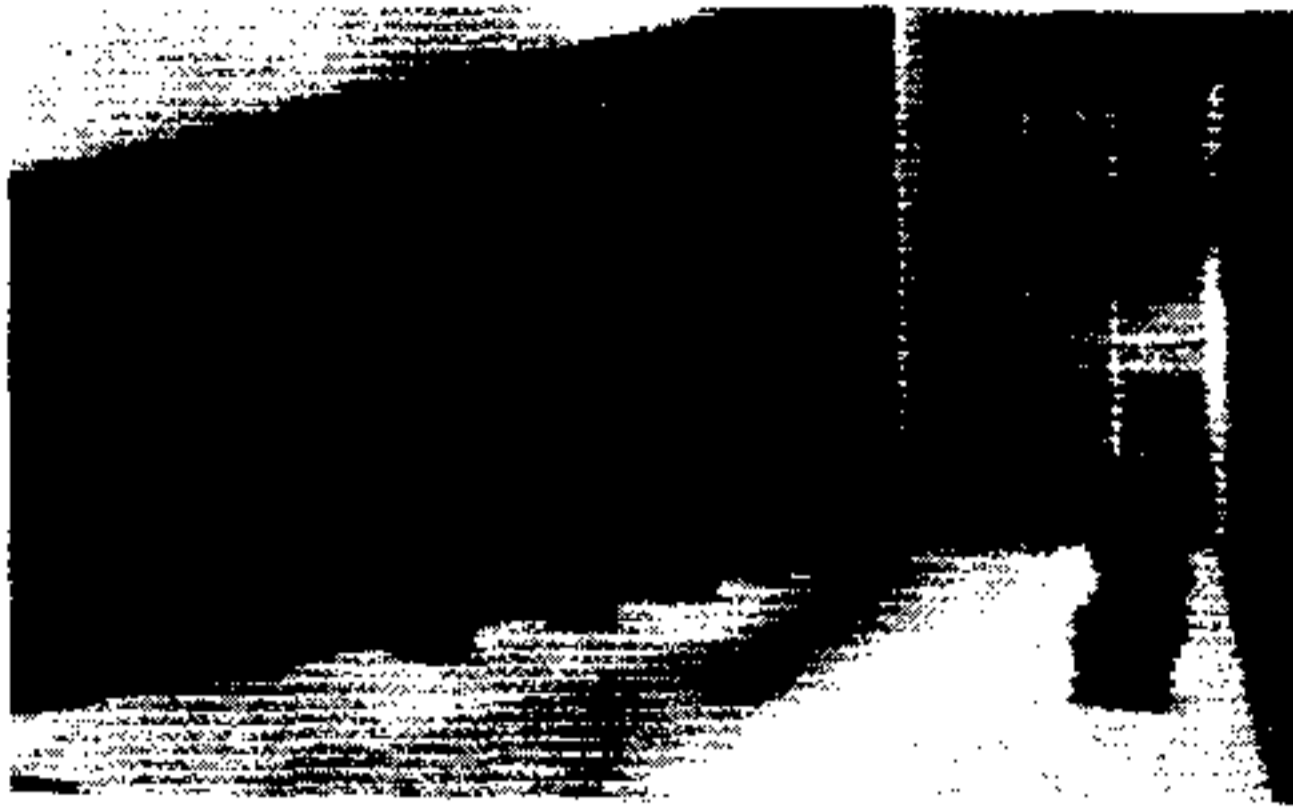


Diário Oficial

PORTE PAGO
DR/SP
ISR - 40 - 3051/81

Estado de São Paulo

Volume 107 • Número 48 • São Paulo • Quinta-feira, 13 de Março de 1997



PODER LEGISLATIVO

Diário da Assembléia Legislativa - 13ª Legislatura
Palácio Nove de Julho
Av. Pedro Álvares Cabral, S/Nº - Ibirapuera - Fone: 886-6122

Presidente: Ricardo Trípoli

1º Vice-Presidente: Clóvis Volpi

2º Vice-Presidente: Afanasio Jazadji

1º Secretário: Luiz Carlos da Silva

2º Secretário: Roberval Conte Lopes Lima

3º Secretário: Roberto Gouveia

LEIS

Retificação

Leia-se como segue e não como constou.

Lei n.º 9.499 de 11 de Março de 1997.

Artigo 2.º - A Fundação, com prazo indeterminado de duração, sede e foro na Capital do Estado, adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição de seu ato institutivo no registro competente, mediante a apresentação dos seus estatutos e respectivo decreto de aprovação.

Artigo 12 - As despesas decorrentes da execução desta lei serão cobertas com recursos próprios consignados no orçamento do Estado, suplementados se necessário.

Parágrafo único - Se no orçamento do exercício em que se der a instituição da Fundação não houver dotação para ela específica, ficará o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial de Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros), a ser coberto com recursos de que trata o artigo 43, § 1.º, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

(Publicado no D.O. de 12-3-97).

Retificação

Lei n.º 9.501 de 11 de Março de 1997.

Artigo 4.º

§ 1.º - A comissão julgadora será integrada por 4 (quatro) membros do quadro funcional, nomeados pelo Diretor, a quem caberá o voto de desempate.

§ 3.º - Nos estabelecimentos de ensino constituídos de diferentes cursos a seleção dos trabalhos será correspondente a cada um deles.

(Publicado no D.O. de 12-3-97).

ORDEM DO DIA

13 de março de 1997
25ª Sessão Ordinária

Proposições em Regime de Urgência

1-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 137, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, criando a autarquia Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE. Com emendas. Parecer n.º 645, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emendas, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, com subemendas e contrário às demais. Parecer n.º 646, de 1996, da Comissão de Obras Públicas, favorável ao projeto, às emendas do relator especial pela Comissão de Justiça, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. Parecer n.º 647, de 1996, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto, com emenda, à emenda de n.º 21, na forma de sua subemenda, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

2-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 35, de 1996, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre a retribuição pecuniária dos integrantes da carreira de Procurador de Autarquias. Com emendas. Parecer n.º 2453, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas de n.ºs 9, 13, 16, 19 e 30 e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

3-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 788, de 1991, (Autógrafo n.º 23320), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Conte Lopes, alterando a redação do artigo 30 do Decreto-lei n.º 260, de 29/05/70, que dispõe sobre a inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado. Parecer n.º 189, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 1188, de 1991, (Autógrafo n.º 23110), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Ivan Valente, dispondo sobre a recomposição da cobertura vegetal do Estado. Parecer n.º 469, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 344, de 1993, (Autógrafo n.º 23156), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jamil Murad, dispondo sobre a proibição da instalação de bombas de Auto-Serviço (Self-Service) em todos os postos de abastecimento de combustível no âmbito do Estado. Parecer n.º 478, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 596, de 1993, (Autógrafo n.º 23331), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Roque Barbieri, dispondo sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento da Região Nordeste do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado). Parecer n.º 190, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

SUMÁRIO

Leis.....	1
Ordem do dia.....	1
Pauta.....	3
Oradores Inscritos.....	3
Expediente.....	4
Atos Administrativos.....	6
Comissões.....	7
Debates.....	—
Pronunciamentos de Sessões Anteriores.....	—

TRIBUNAL DE CONTAS

Este caderno, com 12 páginas contem as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO 1, 2, 3.

7-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 802, de 1993, (Autógrafo n.º 23044), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Antenor Chicarino, dispondo sobre a proteção ambiental do Vale do Ribeira. Parecer n.º 428, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 200, de 1995, (Autógrafo n.º 23118), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer n.º 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 249, de 1995, (Autógrafo n.º 23326), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Kito Junqueira, alterando a Lei n.º 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição ambiental. Parecer n.º 191, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 362, de 1995, (Autógrafo n.º 23149), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Alberto Calvo, dispondo sobre a gratuidade de passagem nos serviços de transporte coletivo de responsabilidade do Estado às mulheres maiores de 60 anos de idade. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 474, de 1995, (Autógrafo n.º 23166), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a Lei n.º 7.645, de 23 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 525, de 1995, (Autógrafo n.º 23246), vetado totalmente, apresentado pelo deputado César Callegari, dando a denominação de "Professora Cândida Neves Oliveira Canjui" à Escola Estadual de 1º e 2º Graus Cidade Soicno II, em Guarulhos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 626, de 1995, (Autógrafo n.º 23321), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado José Bacarin, dispondo sobre a normatização de audiência pública com a comunidade científica. Parecer n.º 188, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 910, de 1995, (Autógrafo n.º 23323), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Pedro Dallari, autorizando o acesso, a título gratuito, de policiais militares às estações e trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM. Parecer n.º 195, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 6, de 1996, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o DER e o DAEE a doarem imóveis à Fazenda do Estado e esta a transferir, à CDHU os imóveis que receber em doação, bem como outros já de sua propriedade, na forma que especifica. Com emendas. Parecer n.º 651, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com emenda e contrário às emendas de n.ºs 1 e 2. Parecer n.º 652, de 1996, de relator especial pela Comissão de Obras Públicas, favorável ao projeto, à emenda do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às de n.ºs 1 e 2. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

16-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 71, de 1996, (Autógrafo n.º 23201) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, criando o Programa Estadual de Desestatização e dispondo sobre a Reestruturação Societária e Patrimonial do Setor Energético. Parecer n.º 1799, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao § 2º do artigo 3º e contrário ao § 6º do artigo 3º; ao inciso I do artigo 17 e ao artigo 39. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 215, de 1996, (Autógrafo n.º 23327), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Walter Caveanha, autorizando o Poder Executivo a implantar a "Profifina - Programa de Fixação do Homem no Campo". Parecer n.º 187, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 725, de 1996, (Autógrafo n.º 23344), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o Poder Executivo a contrair financiamento, a outorgar garantias, a transferir o controle acionário de sociedades controladas pelo Estado e a assumir obrigações. Parecer n.º 192, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer n.º 193, de 1997, de relator especial pela Comissão de Economia, favorável ao projeto no tocante ao art. 7º e contrário quanto ao art. 9º. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Proposições em Regime de Prioridade

1-Discussão e votação adiada do Projeto de decreto legislativo n.º 5, de 1981, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1019, de 1981, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1979, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (§ 3º do artigo 191 da VIII Consolidação do Regimento Interno).

2-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 8, de 1981, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1581, de 1981, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1980, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

3-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 6, de 1983, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 972, de 1983, rejeitando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, alusivas ao exercício de 1981, constantes do Processo RG n.º 4889/82 e anexos, exceto aquelas que envolvem os Poderes Legislativo e Judiciário, que são consideradas boas e aprovadas, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

4-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 7, de 1983, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 973, de 1983, rejeitando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, alusivas ao exercício de 1982, constantes do Processo RG n.º 4800/83 e anexos, exceto aquelas que envolvem os Poderes Legislativo e Judiciário, que são consideradas boas e aprovadas, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

5-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 8, de 1984, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1447, de 1984, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1983, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

6-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 10, de 1985, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1693, de 1985, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1984, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 845, de 1987, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável ao projeto.

7-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 5, de 1987, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 659, de 1987, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao

exercício financeiro de 1985, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1102, de 1987, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

8-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 11, de 1988, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1323, de 1988, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1986, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1719, de 1988, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

9-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 19, de 1989, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1326, de 1989, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1987, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 454, de 1990, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

10-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 4, de 1991, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1333, de 1991, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1988, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1700, de 1991, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

11-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 5, de 1991, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1346, de 1991, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1989, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1699, de 1991, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

12-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 6, de 1991, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1426, de 1991, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1990, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1704, de 1991, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

13-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 15, de 1994, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1126, de 1994, considerando boas e aprovando as contas apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1991, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1621, de 1994, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

14-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 16, de 1994, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1127, de 1994, considerando boas e aprovando as contas apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1992, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1622, de 1994, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

Proposições em Regime de Tramitação Ordinária

- Discussão adiada e votação do Projeto de lei n.º 645, de 1987, apresentado pelo deputado Waldyr Trigo, revogando dispositivos da Lei n.º 3724, de 14/03/83, que instituiu contribuição para a Associação Paulista de Magistrados. Pareceres n.ºs 1164, de 1990, s/nº e 1248, de 1991, respectivamente de relator especial pela Comissão de Justiça e das Comissões Cultura e Finanças, favoráveis. Com substitutivo apresentado nos termos do inciso II do artigo 175 da VIII Consolidação do Regimento Interno. Parecer n.º 357, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com subemenda. Parecer n.º 358, de 1995, de relator especial pela Comissão de Cultura, favorável ao substitutivo e contrário à emenda. Parecer n.º 359, de 1995, de relator especial pela Comissão de Finanças, contrário.

12 de março de 1997

7ª Sessão Extraordinária

Proposições em Regime de Prioridade

1-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 405, de 1991, apresentado pelo deputado Luiz Carlos da Silva, autorizando o Poder Executivo a celebrar convênios, com as Prefeituras Municipais e consórcios intermunicipais, para financiar estudos da viabilidade e implantação de sistemas de tratamento de lixo domiciliar que visem o fomento da reciclagem global dos resíduos. Parecer n.º 1080; de 1991, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário, com votação prévia do Plenário pela constitucionalidade do Projeto. Parecer s/nº da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, favorável (cf. ata de 1º/6/93 da CDMA publicado no Diário da Assembléia em 2/06/93). Parecer n.º 223, de 1997, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável.

2-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 960, de 1995, apresentado pelo deputado Paschoal Thomeu, autorizando o Executivo a firmar convênio com pessoas jurídicas visando a instituir o "Programa Adote um Ambulatório de Especialidade". Pareceres n.ºs 1950 e 1951, de 1996, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e de Saúde, favoráveis. Parecer n.º 1952, de 1996, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável, com substitutivo.

3-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 967, de 1995, apresentado pelo deputado Paschoal Thomeu, autorizando o Executivo a firmar convênio com pessoas jurídicas visando a instituir o "Programa Adote um Centro de Saúde". Pareceres n.ºs 1914, 1915 e 1916, de 1996, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça, de Saúde e de Finanças, favoráveis.

Proposições em Regime de Tramitação Ordinária

1-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 315, de 1995, apresentado pelo deputado Afanasio Jazadji, instituindo remuneração, a ser concedida pelo Poder Executivo, à título provisório, ao juiz de casamento e juizes suplentes de casamento em exercício. Parecer n.º 1947, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável. Parecer n.º 1948, de 1996, da Comissão de Finanças, favorável, com emenda.

2-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 492, de 1995, apresentado pelo deputado Aloisio Vieira, autorizando o Poder Executivo a implementar mecanismos de concessão de auxílio temporário às empresas do setor produtivo estabelecidas no território de São Paulo. Pareceres n.ºs 1148, 1149 e 1150, de 1996, respectivamente das Comissões de Justiça e de Economia e de relator especial pela Comissão de Finanças, favoráveis.

3-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 647, de 1995, apresentado pelo deputado Milton Monti, autorizando o Poder Executivo e suas Autarquias a doarem trechos de rodovias estaduais aos municípios. Com emenda. Pareceres n.ºs 125 e 126, de 1997, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Transportes, favoráveis ao projeto e à emenda.

4-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 687, de 1995, apresentado pela deputada Célia Leão, dispondo sobre alienação, por doação, ao Município de Campinas, de imóvel denominado "Fazenda Mato Dentro", destinado à instalação do "Parque Ecológico Monsenhor Emilio José Salim". Pareceres n.ºs 1381 e 1382, de 1996, respectivamente da relator especial pela Comissão de Justiça e da Comissão de Obras Públicas, favoráveis.